

“O estado mais seguro do Brasil”: notas etnográficas sobre conflitos, direitos e segurança pública em Santa Catarina¹

Flavia Medeiros²

Introdução

Dados divulgados pela última edição do *Atlas da Violência* (Cerqueira; Bueno, 2024a)³ demonstram que Santa Catarina é o estado com menor índice de homicídios no país, com 9,1 mortes por 100 mil habitantes – um total de 671 homicídios registrados em 2022 (722 estimados considerando os “homicídios ocultos”⁴). A capital Florianópolis, já consistentemente reconhecida como capital com maior IDH do país, figura entre a capital “mais segura” com uma taxa de homicídios registrados e estimados de 8,9 por 100

1 Agradeço a diversas colegas pelos comentários e as sugestões realizados no âmbito do Colóquio Formas do Conflito Armado no Brasil: dinâmicas, atores e práticas, realizado no dia 22 de julho de 2024, na UFMG, Belo Horizonte/MG; do V Seminário Raça e Política, ocorrido nos dias 12 e 13 de setembro de 2024, na UFF, Niterói/RJ; e no XI Seminário do INC-InEAC, entre os dias 07 a 14 de novembro, na UFF, Niterói/RJ.

2 Doutora em Antropologia – UFF, professora do Departamento de Antropologia – UFSC flaviamedeiros@gmail.com.

3 CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coords.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024a. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

4 O pesquisador do Ipea, Daniel Cerqueira, “desenvolveu um método para atribuir a probabilidade a cada MVCI (morte violenta de causa indeterminada) de ser, na realidade, um homicídio mal classificado (homicídio oculto).” (Cerqueira; Lins, 2024, p. 1) e a partir da aplicação de métodos estatísticos passou a indicar uma estimativa desses tipos de classificação “mal classificada” nos números oficiais. (Cerqueira, 2013)

mil habitantes (zero “homicídios ocultos”), um total de 49 homicídios em 2022 numa população ao redor de 530 mil pessoas. Em suas análises, o relatório afirma: “Em Santa Catarina (9,7), única UF com taxa abaixo de dez, quase não há municípios tidos como violentos” (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 31⁵)⁶.

Ao olhar os dados por raça/cor, vemos que, enquanto a taxa de homicídios registrados de não negros (incluindo brancos e amarelos) é de 8,6, e de 9,9 para pessoas negras, já para indígenas a taxa de homicídios registrados sobe significativamente para 16,2, sendo que em municípios com terra indígena, a taxa pula para 46,1, enquanto para municípios sem terra indígena fica em 16,6⁷. Tais dados colocam Santa Catarina entre os estados com maiores taxas de mortes por homicídios de indígenas no Brasil⁸.

5 CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coords.). *Atlas da violência 2024: retrato dos municípios brasileiros*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>

6 “O estado de Santa Catarina apresentou, pela primeira vez na série histórica analisada, uma taxa de homicídios estimados por 100 mil habitantes inferior a 10,0. Foram 142 dos 295 municípios (48,1%) que não tiveram nenhum homicídio em 2022. Em números absolutos, Joinville e Florianópolis lideraram o número de homicídios (60 e 48, respectivamente), mas ainda assim com taxas inferiores a dez (9,7 e 8,9, respectivamente). Entre as cidades médias e grandes (mais de 100 mil habitantes), as que apresentaram as maiores taxas foram Chapecó (12,6) e Balneário Camboriú (12,9), bastante abaixo da média nacional. Todos os municípios em destaque no mapa, com taxas mais elevadas, possuem populações muito pequenas, o que faz com que o cálculo por 100 mil habitantes possa se destacar, sem que isto represente realmente um cenário de violência, comparado a outros resultados no país. Esses resultados são notórios quando identificamos que SC possui a menor proporção de policiais por habitantes, o que refuta o senso comum de que “mais policiais significa necessariamente mais segurança” (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 33).

7 Em Santa Catarina há a presença de três povos indígenas: Guarani, Xokleng-Laklãnô e Kaingang, somando uma população de cerca de 22 mil pessoas.

8 “Em relação às taxas de homicídios registrados de indígenas para o ano de 2022, considerando os municípios com Terras Indígenas, [...], os estados de Mato Grosso (133,0), Rio Grande do Sul (84,1), Minas Gerais (81,0), Paraná (78,5), Mato Grosso do Sul (68,7), Roraima (67,8), Alagoas (60,8), Tocantins (59,3), Santa Catarina (46,1) e Acre (43,9) destacam-se com os maiores valores.” (Cerqueira; Bueno, 2024b, p. 88).

Nesse contexto, no qual se estabelece um jogo entre números e categorias para definir quadros relativamente estáveis de dados sobre segurança pública (Miranda, 2014⁹; Medeiros, 2018¹⁰), conflitos e episódios de violação de direitos de populações minorizadas são representados pela própria forma de invisibilização e negação da presença de certos grupos. “Não porque a estatística foi mal calculada, mas porque tal cálculo já é produzido de forma a ressaltar determinados números em detrimento de outros, a valorizar arranjos quantitativos que alocam num mesmo conjunto informações que deveriam aparecer separadas umas das outras” (Farias, 2020, p. 233¹¹).

Assim, os processos históricos de busca pela homogeneização e o ideal de brancura que foram fundamentais no processo de formação do estado de Santa Catarina tinham parte peculiar no contexto da política racista calcada em ideias eugenistas no Brasil na Primeira República, que contornaram com políticas de cunho liberal profundamente preocupadas com a “onda negra” diante da majoritária população de pessoas negras no país (Azevedo, 1987¹²). Em Santa Catarina, ainda com a capital Nossa

9 MIRANDA, Ana Paula. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. *Fórum Sociológico* [on-line], v. 25, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologico/886?lang=en>.

10 MEDEIROS, Flavia. *Linhas de investigação: uma etnografia das técnicas e moralidades numa Divisão de Homicídios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

11 FARIAS, Juliana. *Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020.

12 AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987*1.

Senhora do Desterro¹³ particularmente, mesmo com a presença de populações negras escravizadas, havia também uma extensa exploração de trabalho escravo de indígenas (Cardoso. Ianni, 1960¹⁴). Desde meados do século XIX, a presença de negros e indígenas em Santa Catarina sempre foi minorizada e foi marcada por um forte discurso eurocentrado, repercutido em análises sociológicas e do pensamento social brasileiro da primeira metade do século XX¹⁵ e justificado pela presença da migração europeia em

13 Nome da capital de Santa Catarina até 1894, quando a cidade deixou de ser Nossa Senhora do Desterro e foi modificada para Florianópolis, em homenagem ao Marechal Floriano Peixoto (1839–1895). Cabe mencionar que Floriano Peixoto – Ministro de Guerra (1890–1891), primeiro vice-presidente (1891) e segundo presidente (1891–1894) do Brasil – recebeu a homenagem de nomear a capital de Santa Catarina devido aos seus feitos em controlar revoltas e rebeliões armadas enquanto presidente, em particular no evento que foi considerado desfecho da Revolução Federalista, quando o coronel Antônio Moreira César, sob as ordens do presidente Floriano Peixoto, comandou o massacre de Anhatomirim, em 16 de abril de 1894, fuzilando pelo menos 298 que estavam encarcerados na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, localizada no extremo norte da Ilha de Santa Catarina.

14 CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Nacional, 1960.

15 Os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (1960), em análise sobre a presença de negros no Desterro, afirmam: “por causa do pouco desenvolvimento econômico da área no período colonial e nos primeiros cinquenta anos da Independência, não emergiu nenhum setor importante de produção onde fosse compensadora à inversão de capitais na mão de obra escrava, e não houve, por esta mesma razão, a acumulação de riquezas que permitissem a criação de novas fontes de produção.” (p. 10). Desde essa interpretação, em Santa Catarina, e particularmente nas cidades litorâneas Laguna e Desterro/Florianópolis, não haveria a intensa presença de pessoas negras. A historiadora Beatriz Mamigonian (2014) critica esta perspectiva excepcional da presença negra e considera: “Muito marcada pela imagem da pobreza relativa da população do litoral criada por memorialistas, essa interpretação da escravidão de Santa Catarina contribuiu para reforçar a versão da história (carregada de racismo) em que a economia teria ganhado dinamismo apenas após a fundação das colônias de imigrantes alemães e italianos, principalmente a partir de 1850. A imagem de uma região povoada predominantemente por europeus, cristalizada no senso comum, esconde a presença histórica de africanos e seus descendentes.” (p. 571).

Florianópolis, de origem portuguesa, e em outras regiões do estado de origem ítalo-germânica (Leite, 1991¹⁶; Mamigonian, 2014¹⁷).

No começo do século XX, registros de conflitos entre colonos e indígenas seguiram presentes: “A disputa entre índios e imigrantes se acirrou com a formação de tropas e expedições de caça aos chamados “bugres”, tropas estas constituídas pelos denominados “bugreiros”, que fizeram prevalecer, pela violência, os interesses comerciais das companhias colonizadoras” (Santa Catarina, 2019, p. 24¹⁸). Ainda que significativa a presença de negros e indígenas, é atribuído o desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina a esses imigrantes europeus colonizadores, os *colonos*, sendo eles os responsáveis pelo processo de “colonialismo de assentamento”¹⁹ na transição do Império escravocrata à República liberal (Leite, 1991²⁰;

16 LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5–42, 1991.

17 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750–1850). In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

18 SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano. In: Rocha, Isa de Oliveira (org.). *Atlas geográfico de Santa Catarina: população* – fascículo 3. 2. ed. Santa Catarina: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. Diretoria de Desenvolvimento Urbano. Florianópolis: Ed. da UDESC, 2019.

19 “Colonialismo de assentamento”, como tradução livre do conceito “settlement colonialism”, tem sido utilizado para descrever um sistema de poder e gestão da violência que se configura como uma forma de colonialismo na qual os colonos criam sociedades distintas da população indígena e buscam controlar terras e recursos e estabelecer sua própria economia e sistema de governança com imposição de domínio sobre um território. Casos exemplares podem ser vistos nos processos de dominação colonial britânica nos atuais territórios da Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Canadá, África do Sul e contemporaneamente por Israel na Palestina (Veracini, 2019; Ihmoud, 2021), sendo sua principal diferença a destruição para substituição das relações, ao invés do foco na exploração do trabalho ou de recursos em outros contextos de colonização.

20 LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. *Textos e Debates*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5–42, 1991.

Mamigonian, 2014²¹). O “medo branco” diante das revoltas e lutas contra oligarquias que se apresentou em diversas regiões do país (Azevedo, 1987²²), em Santa Catarina se assentou em contornos de onda branca, conformando uma hegemonia na qual a branquitude é senso comum (Medeiros, 2023²³), fazendo com que grupos não brancos nesse território fossem tomados como “cidadãos invisíveis” (Alencar, 2019²⁴).

As especificidades dos dados de violência, como aquela que se volta contra pessoas negras e indígenas, se dão diante da construção e da difusão dessa marcada expressão histórica de autorrepresentação de um território onde a população é representada pelas pessoas brancas. Nesse contexto, de um estado branco, “civilizado” e com forte influência da “cultura europeia”, a segurança pública corresponde ao *status* social local e uma polícia eficiente é correlacionada à imagem da manutenção do *status* de sua população legítima – um exercício de poder em nome da própria supremacia branca. O presente texto visa explorar como tal discurso predominante aciona valores do dispositivo de *segurança*, como *família*, *propriedade* e *conservadorismo*. Estas, moralidades centrais nas relações entre direitos, conflitos e branquitude, relacionadas às armas de fogo como artefato e tecnologia, permitem identificar como o direito ao armamento tem sido manifestado como tradição armamentista de uma cultura teuto-brasileira

21 MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: Escravidão e identidade étnica (1750–1850). In: FRAGOSO, João et. al. (orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

22 AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 1B8*1.

23 MEDEIROS, Flavia. A matabilidade como forma de governo: violências, desigualdades e Estado numa perspectiva comparativa entre Florianópolis e Rio de Janeiro. *Horizontes Antropológicos*, v. 29, n. 65, on-line, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/hj/ha/a/Kqd5nVzvPMb4ZxgLJhBm3Gs/>.

24 ALENCAR, Alexandra. Cidadão Invisível e o direito à cidade negada. In: RAPOSO, Paulo; RENCK, Allende; HEAD, Scott (orgs.). *Cidades rebeldes: invisibilidades, silenciamentos, resistências e potências*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019. p. 183–193.

(Seyferth, 2004²⁵) que se compõe com valores *tradicionais*, como predominante ao sul do Brasil, criando particularidades ao tratar de conflitos, direitos e segurança pública.

“O estado mais seguro do Brasil”

Os dados das estatísticas oficiais têm se mostrado muito úteis no discurso governamental e repercutido tanto pela mídia oficial quanto pela mídia empresarial: um estado que tem alta qualidade de vida, onde as coisas funcionam e onde não tem problemas com segurança, criminalidade e violência. Antes da divulgação do *Atlas da Violência 2024*, o governo do estado lançou uma propaganda com o *slogan*: “O estado mais seguro do Brasil”. iniciada em maio de 2024, e que passou a ocupar diversos pontos na cidade de Florianópolis, estando em *outdoors*, pontos de ônibus, aeroporto internacional, *busdoor*, além da massiva divulgação na propaganda televisiva e de internet²⁶.

Segundo *release* de divulgação no lançamento da campanha:

25 SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 22, on-line, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pbRYphmTJ6HbfhD53JQ8xDH/>

26 A propaganda liderada pela Secretaria de Segurança Pública conta com a participação de quatro pessoas, cada uma delas representando uma das quatro instituições que compõem esta pasta do governo: Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Polícia Científica. Em novembro de 2024, a campanha ganhou o Prêmio Profissionais do Ano – PPA, promovido pela Rede Globo na categoria Região Sul. Como divulgado pela própria agência de publicidade, segundo o secretário de Comunicação do Estado de Santa Catarina: “Pela primeira vez a comunicação entrou nas forças de segurança, conversando e criando as peças em reuniões com os próprios agentes de campo. Nos filmes praticamente não temos atores. A maioria que aparece é agente de segurança de verdade. O trabalho entre SECOM, forças de segurança e a agência OneWG foi inédito, desde o nascimento da ideia até a produção das peças”. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/onewg-conquista-profissionais-do-ano-2024/> Acesso em 15/12/2024.

Criada pela OneWG, a campanha utiliza uma abordagem comunicativa robusta e eficiente para transmitir a mensagem desejada pelo governo de Santa Catarina. Foram produzidos quatro filmes para TV, YouTube e cinema, além de peças gráficas e digitais. A agência busca destacar nas peças o dia a dia de policiais, bombeiros e peritos criminais. Um dos pontos-chave é evidenciar o treinamento constante e o investimento em equipamentos, veículos e tecnologia, mostrando que por trás da sensação de segurança há um trabalho intenso e muitas vezes oculto, ou seja, não percebido pela população. Para isso, os filmes da campanha proporcionam ao público a experiência de “se colocar no lugar” de um agente das forças de segurança, sentindo de perto a importância, a intensidade e o preparo exigido neste trabalho. A campanha, no todo, reforça os números, os resultados e o sucesso das operações de segurança realizadas no estado²⁷.

A propaganda com o *slogan* “O estado mais seguro do Brasil” passou a divulgar ações, com informações de gastos no orçamento em segurança pública, operações realizadas nos últimos anos e investimentos em tecnologias, recursos humanos e equipamentos com esse intento de aproximação da população à perspectiva dos agentes policiais e de produzir uma relação de aderência e legitimação das forças policiais.

Junto a essa campanha contratada pelo governo do estado, outras ações midiáticas passaram a ganhar repercussão. Uma das notícias de destaque foi a aquisição de 145 fuzis israelenses pelo valor de aproximadamente 1,5 milhões de reais. Dentre os atributos das armas adquiridas pela Polícia Civil estaria sua “flexibilidade operacional (que) faz com que o fuzil Arad/IWI 5,56 X 45mm seja utilizado pelas forças policiais de todo o mundo, como o exército americano, OTAN e FBI. No Brasil, o BOPE da PM do Rio de Janeiro usa a arma”, como noticiado no dia 11 de julho pela Assessoria de

27 ACONTECENDO..., Campanha criada pela OneWG destaca Santa Catarina como o estado mais seguro do Brasil. Acontecendo Aqui, 31 de maio de 2024. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/campanha-criada-pela-onewg-destaca-santa-catarina-como-o-estado-mais-seguro-do-brasil/> Acesso em 27/07/2024.

Comunicação da própria Polícia Civil do estado de Santa Catarina. A notícia vinha com o título “Polícia Civil de Santa Catarina recebe 145 fuzis israelenses de alta performance”²⁸ e repercutida posteriormente pela SECOM²⁹ de forma digital e na sua Rádio³⁰, no dia 16 de julho, com o título: “Em comemoração aos 212 anos da Polícia Civil, Jorginho Mello entrega fuzis, viaturas e outros equipamentos”.

O fuzil Arad/IWI é considerado um fuzil de assalto de alta performance e produzido pela Cia. Israel Weapons Industry – IWI, “é especialmente projetado para todos os tipos de cenários de combate com sua capacidade de mudar calibres de 5,56X45mm para 300 BLK” (IWI, on-line)³¹, sendo o *design* e sua capacidade multicalibre de municiamento destacados como diferencial pelo público especializado³². No Rio de Janeiro, como mencionado na notícia, foram adquiridos 600 fuzis pela PMERJ em outubro de 2022 para uso das unidades do Batalhão de Operações Policiais

28 ASCOM – PCSC, Assessoria de Imprensa da Polícia Civil de Santa Catarina. Polícia Civil de Santa Catarina recebe 145 fuzis israelenses de alta performance. Agência de Notícias SECOM – Governo do Estado de Santa Catarina. 11 de julho de 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/policia-civil-de-santa-catarina-recebe-145-fuzis-israelenses-de-alta-performance/> Acesso em 27/07/2024.

29 EDUARDO, João. Em comemoração aos 212 anos da Polícia Civil, Jorginho Mello entrega fuzis, viaturas e outros equipamentos. Agência de Notícias SECOM – Governo do Estado de Santa Catarina. 16 de julho de 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/em-comemoracao-aos-212-anos-da-policia-civil-jorginho-mello-entrega-fuzis-viaturas-e-outros-equipamentos/> Acesso em 27/07/2024.

30 SECOM – Rádio. Em comemoração aos 212 anos da Polícia Civil, Jorginho Mello entrega fuzis, viaturas e outros equipamentos. Agência de Notícias SECOM – Governo do Estado de Santa Catarina. 16 de julho de 2024. Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/noticias/em-comemoracao-aos-212-anos-da-policia-civil-jorginho-mello-entrega-fuzis-viaturas-e-outros-equipamentos-2/> Acesso em 27/07/2024.

31 Disponível em: <https://iwi.net/arad/> Acesso em 10/12/2024.

32 O portal infoDefensa é um jornal digital sediado em Madrid e especializado em informações sobre a chamada “indústria de segurança e defesa”, isto é, o mercado de armas e tecnologias de violência e vigilância. Sobre o Fuzil Arad/IWI, o portal publicou: IWI consegue novas vendas de fuzis ARAD no mercado brasileiro de Segurança Pública. On-line, 13 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/4927125/arad-iwi> Acesso em 10/12/ 2024.

Especiais (BOPE), o Batalhão de Ações com Cães (BAC), o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), o Grupamento Tático de Motociclistas (GTM) e o Grupamento Aeromóvel (GAM) visando substituir os antigos fuzis Falcon de origem belga³³.

A aquisição de “fuzis, viaturas e outros equipamentos” para a Polícia Civil foi divulgada amplamente, com postagens em redes sociais e divulgação pela mídia empresarial local e pela mídia especializada internacional. As ferramentas de trabalho dos profissionais da Polícia Judiciária foram anunciadas como um presente do governador pelo aniversário desta corporação. No seu perfil oficial na rede social X/twitter foi publicado em 15 de julho de 2024: “Pessoal, tenho uma péssima notícia... para a bandidagem: acabamos de adquirir 145 fuzis israelenses de alta performance para nossa Polícia Civil. O mesmo armamento utilizado pelo exército americano e FBI”. Postagem esta que foi repostada sob a forma de captura de tela no perfil em outra rede social, o Instagram, de um deputado estadual que fora secretário estadual de segurança pública³⁴ e se autodefine em suas redes

33 De acordo com a notícia divulgada pela PMERJ, “O novo armamento passa a oferecer maior efetividade nas missões de patrulhamento e, sobretudo, nas operações em áreas conflagradas. Outra vantagem oferecida pelo novo fuzil é a redução do risco de efeitos colaterais indesejados, especialmente nas ações em áreas densamente povoadas. Isso porque, além da maior precisão, o fuzil de calibre 5,56 tem menor potencial de destruição quando comparado com o calibre 7,62, utilizado atualmente.”, deixando evidente a finalidade do uso desses armamentos. Em Santa Catarina, assim como em São Paulo, o uso dos fuzis Arad/IWI é destinado às Polícias Cíveis, promovendo um aumento do potencial de destruição de tais forças policiais, visto a limitada disponibilidade deste tipo de armamento às Polícias Judiciárias, responsáveis pela investigação. PMERJ. Polícia Militar do Rio adquire novo modelo de fuzil, mais leve e mais preciso. On-line, 11 de outubro de 2022. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/2022/10/policia-militar-do-rio-adquire-novo-modelo-de-fuzil-mais-leve-e-mais-preciso/> Acesso em 12/12/2024.

34 Governador eleito em outubro de 2022, iniciou o mandato em janeiro de 2023. O deputado estadual, reeleito nas eleições de 2023, exerceu o cargo de secretário de Segurança Pública entre janeiro e maio de 2024. No governo anterior (2019–2023), a Secretaria de Segurança Pública tinha gestão compartilhada de forma alternada pelos representantes das quatro forças ali reunidas: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros Militar; no governo que assumiu em 2023, esta forma de gestão foi alterada.

sociais como “armamentista, patriota, conservador, PM da reserva, instrutor de tiro”. Na legenda da captura de tela da postagem do governador, o deputado declarou: “Orgulho de fazer parte desse time de direita verdadeira em Santa Catarina, o resto é direito ‘trans’, só querem os votos de direita”, articulando de forma ostentatória a moral conservadora da direita com um discurso transfóbico e de legitimidade ideológica no seu espectro político e na defesa do armamento.

Quatro dias depois – em 19 de julho de 2024 –, no mesmo espaço utilizado anteriormente, o perfil no X/twitter, o governador publicou vídeo com sua fala transcrita em texto repercutindo o mesmo fato:

NOSSA POLÍCIA CIVIL CADA VEZ MAIS BEM EQUIPADA! Essa semana, nossa Polícia Civil completou 212 anos de muito trabalho em prol dos catarinenses. E nessa data especial, fizemos uma baita entrega para a instituição. Ao todo, foram 145 fuzis israelenses, 21 viaturas, 159 computadores de alto desempenho, 318 cintos táticos e 459 mil munições, **a maior compra da história da Polícia Civil**. Nessa data, quero parabenizar os integrantes de todas as nossas forças de segurança que, com muita coragem e dedicação, fazem de Santa Catarina o estado mais seguro do país (Governador de Santa Catarina via X/twitter em 19 de julho de 2024, grifos da autora).

Nos discursos e nas políticas institucionais no campo de segurança pública em Santa Catarina vemos como resultados estatisticamente desejáveis de uma “segurança pública” são acionados como discurso que promove as instituições policiais deste estado como eficientes. O discurso do governador do estado destacando o investimento nos recursos no que seria “a maior compra da história da Polícia Civil” reforça a centralidade do dispositivo de segurança na prioridade da execução do orçamento público, de forma que esta se torna uma agenda prioritária, ainda que os dados registrados sob forma de estatística sobre segurança pública não indiquem demanda para o incremento de armas. A repercussão do discurso do governador por seu aliado na Assembleia Legislativa atenta para o fato de que não

tanto o bom uso dos recursos públicos, mas sim as moralidades vigentes são as motivadoras daqueles que aderem às concepções de “direita”, conservadoras e em prol do armamento, produzindo “o estado mais seguro” como um valor que se relaciona a aquisição de fuzis da indústria armamentística do estado de Israel.

A atuação de garantia de um direito fundamental previsto na Constituição brasileira (art. 5º da Constituição Federal), atrelada à responsabilidade constitucional de órgãos de segurança pública (art. 144º da Constituição Federal), se torna vetor para a promoção global de tecnologias da violência e ferramentas de controle e vigilância, em que forças policiais e governos de estado se tornam consumidores de um mercado internacional no qual produtos, tanto quanto discursos e valores, circulam e fazem da própria “segurança” um produto a ser propagandeado. Em prol da imagem de um governo que se alinha a ideais conservadores, tais peças publicitárias, algumas sob a forma de notícias, produzem representações que evidenciam a relação entre mercado e segurança pública como propaganda de governo e da polícia – “*copganda*” (Klinkerfus, no prelo³⁵). Tais discursos posicionam o estado de Santa Catarina num fluxo global de ascensão e fortalecimento da extrema direita, no qual o mercado de armas é promovido e legitimado pela lógica de securitização e militarização. Ainda que Israel não seja o principal fornecedor de tecnologias de violência nos fluxos globais³⁶, a ênfase da sua presença como produtor dos bens importados aparece e reforça seu papel contemporâneo como um importante articulador de

35 KLINKERFUS, Jo Pedro Barros. “*Melhor que Filme de Ação*”: Uma etnografia do canal de YouTube da Polícia Militar de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, no prelo.

36 Os Estados Unidos são o maior exportador de armas do mundo, e o principal fornecedor de armas para Israel. Países que comercializam com Israel têm sido apontados criticamente devido às ações em Gaza. Parte do projeto de Estado de Israel tem sido a profunda militarização, com alta concentração de tecnologias de violência, incluindo armas consideradas de última geração; veículos aéreos não tripulados; e até mesmo armamento nuclear. Em outubro de 2024 o presidente do Brasil vetou a compra de equipamentos israelenses.

um mercado no qual armas são centrais para o aprofundamento do dispositivo de segurança, de políticas repressivas e da ofensiva contra um inimigo a ser eliminado³⁷.

Tais discursos, que relacionam armas a valores como segurança e conservadorismo, também se expressam em contextos para além das políticas governamentais e das instituições de segurança pública, e têm lugar na chave do lazer e do entretenimento. A difusão do dispositivo de segurança aparece com a prática de tiro sendo acionada como uma tradição cultural. O armamentismo difundido como prática lúdica se fortalece também nos argumentos de manutenção de um direito absoluto de autodefesa, articulando instituições estatais com interesses de grupos particulares que, nesse conjunto de representações, trariam a essência do povo catarinense, composto por famílias brancas, conservadoras e proprietárias.

Rota turística do tiro e a cultura das armas

Numa tentativa de seguir os eventos que emergem desde o acompanhamento das políticas que relacionam direitos, conflitos e moralidades, passei a seguir não apenas o que é repercutido na política institucional de governo por meio de políticas públicas, mas também o que tem sido articulado no que chamo aqui de campo armamentista em Santa Catarina, protagonizado por praticantes de tiro, com a emergência da figura dos CACs – colecionador, atirador desportivo e caçador. Assim, a partir do interesse em estudos sobre conflitos e moralidades desde o campo da segurança pública, direitos humanos e violências e do acompanhamento de debates na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), chamou a minha atenção,

37 Enquanto Santa Catarina importava os fuzis israelenses, a ofensiva sionista contra a Palestina se aprofundava como política de limpeza étnica contra o povo palestino, particularmente a partir de outubro de 2023, com contornos de extermínio, crueldade e graves violações de direitos humanos. Como denunciado por movimentos sociais que articulam a pauta global, desarmamentista e contra a violência de Estado: “As armas de Israel matam jovens na Palestina e no Brasil”.

ainda em 2022, o debate que logo redundou na aprovação da Lei estadual nº 18.503, de 30 de agosto de 2022, que instituiu a “Rota Turística do Tiro” no estado de Santa Catarina.

A lei se resume a três artigos: o primeiro instituindo a rota turística, com parágrafo único de municipalidades incluídas; o segundo apresenta seus objetivos; e o terceiro com texto padrão de início da vigência da mesma. Dentre os objetivos da lei, encontram-se a “promoção e a divulgação” dos “clubes e escolas de tiro” e os “eventos e pontos turísticos dos Municípios que integram a Rota Turística do Tiro”. O objetivo principal é “potencializar o desenvolvimento socioeconômico regional e do Estado” e também o “estímulo e o desenvolvimento da prática do tiro”, com “incentivo às pessoas praticarem o tiro”, “fortalecendo e ampliando essa prática” “como fonte de geração de emprego e renda”.

Esta é a primeira e única rota turística de tiro do Brasil³⁸ e, até o último levantamento realizado em dezembro de 2024, inclui 30 municípios catarinenses, contemplando todas as regiões do estado e incluindo as maiores cidades, como Joinville, Florianópolis e Blumenau³⁹. Na notícia da própria ALESC, a “herança trazida pelos colonizadores europeus a Santa Catarina” é destacada como fator para a criação da rota, cuja lei é um “incentivo”⁴⁰. A notícia segue:

É de Santa Catarina a cidade com o título de Capital Nacional dos Atiradores. Jaraguá do Sul, no Norte do estado, concentra o

38 Em São Paulo também foi criado um Projeto de Lei com a mesma finalidade, mas essa lei não foi aprovada. Na lei que circula na ALESP, Santa Catarina é mencionada expressamente como referência, assim como o Texas, nos EUA.

39 A lista de cidades dispostas na lei está em ordem de sua inclusão e já sofreu algumas alterações desde sua proposição. A cidade de Jaraguá do Sul, autodenominada de “capital do tiro”, é a primeira na lista. Jaraguá do Sul é considerada uma das cidades mais seguras do Brasil, com índice de 2,2 /100 homicídios, é também a cidade onde se concentra o maior número de sociedades e clubes de tiro no país, além de ser sede do Festival do Tiro, evento anual que ocorre há cerca de 34 anos na cidade e será abordado a seguir.

40 Disponível em https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/nova-rotaturistica-fomenta-tradicacao-do-tiro-em-sc. Acesso em /07/2024.

maior número de sociedades e clubes do gênero no país. A cidade também é palco da *Schützenfest*, a maior festa de atiradores do Brasil, e a segunda maior do mundo, atrás apenas da Alemanha. Outras cidades catarinenses também se destacam na promoção de eventos em torno da prática do tiro. É o caso de Joinville, que promove a *Shot Fair Brasil*, maior evento de negócios do setor no país; Florianópolis, sede do Congresso de Operações Especiais (COP Internacional); e Balneário Camboriú, que sedia o *Texas Expo Tiro* (Agência AL, 2024).

O destaque dado a essa tradição cultural trazida pelos colonos alemães que migraram para a região no século 19 tem no *Schutzenfest* (Festival de Tiro) um dos seus pontos altos. Este é um evento realizado em Jaraguá do Sul, no mês de novembro, e em 2024 chegou a 34^a edição⁴¹. Como um regime de continuidade da cultura teuto-brasileira (Seyferth, 2004⁴²), a relação entre a prática do tiro e os valores conservadores reforça a herança colonial. Ambos podem ser acessados por meio de discursos que repercutem moralidades e circunscrevem noções específicas de família, conservadorismo e segurança. Como se nota no hino oficial do festival, que é cantado em alemão: “Nós vamos à Schützenfest para Jaraguá, com a mamãe, papai, vovô e a querida vovó. Nós vamos à Schützenfest para Jaraguá, com mamãe, papai, vovô, vovó”, destacando a ida ao festival do tiro como uma experiência familiar.

As armas tomadas como algo tradicional permitem a naturalização de uma cultura armamentista por meio de oportunidades nas esferas econômica e social, com particular ênfase no mercado de turismo por meio da atração daqueles interessados nessa prática. Como um objeto de valor

41 Agradeço ao discente Matheus Martins, bolsista de IC/INCT-InEAC/CNPq no período de setembro a dezembro de 2024, pelas contribuições e o desenvolvimento de trabalho de campo em caráter exploratório na 34^ª edição da Schutzenfest em Jaraguá do Sul/Santa Catarina e realizada entre os dias 7 e 17 de novembro de 2024.

42 SEYFERTH, Giralda. A ideia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, n. 22, on-line, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pbRYphmTJ6HbfhD53JQ8xDH/>.

lúdico e moral, de certa maneira, “o estado mais seguro do Brasil” promove o armamentismo de seus agentes tanto quanto o de seus residentes, construindo um “povo” que aceita e celebra as armas e a prática do tiro. Se no festival essa mercadoria tem um lugar de entretenimento, o dispositivo de segurança potencializa que tais tecnologias sejam legitimadas pelo seu valor aderido a moralidades que acionam a própria segurança como atributo necessário e que corresponde ao *status* local.

Ao difundir tais valores morais, ora de forma institucional, ora de forma lúdica, se estabelecem relações de proximidade e de tensão em que a segurança é dispositivo e limite, direito de alguns e risco de outros tantos. No estado que tem nome de Santa, a “Bela Santa Catarina”, falar em colonização é algo positivo: se autodenominam colonos e valorizam a colonização europeia, particularmente as tradições ítalo-germânicas, iniciadas no século 19, com destaque ao “Vale Europeu”⁴³, epicentro da valorização eurocêntrica, do fortalecimento da cultura armamentista e da concentração, até a contemporaneidade, da presença do neonazismo no Brasil.

43 Em maio de 2024 foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) a Lei Complementar nº 860, de 22 de maio de 2024, que alterou a Lei Complementar nº 495, de 2010, ao instituir que “a Região Metropolitana Vale do Itajaí seja denominada Região Metropolitana do Vale Europeu.” (Santa Catarina, 2024). Tal alteração, aprovada de forma unânime pelos deputados estaduais, formalizou o Vale Europeu como unidade regional, e foi questionada por lideranças indígenas, incluindo representantes do povo Laklãnô Xokleng, que emitiram uma carta denunciando o genocídio do povo e destacando que “Não faz muito tempo que este mesmo vale, antes de ser chamado de “do Itajaí” era chamado de “Vale dos Bugres”, demarcando assim as correlações entre o passado e o presente de violência anti-indígena na região. Cabe ainda destacar que é desde a disputa pela demarcação do Território Indígena (T.I) Ibirama Laklãnô, que se centra a luta contra a tese do marco temporal que resultou em vitória no STF, mas ainda segue em profunda ameaça, visto os dados de letalidade violenta apresentados nos primeiros parágrafos do presente ensaio.

Considerações finais: supremacia racial, conflitos e direitos

Diante de um conflito violento, a arma é colocada como uma oportunidade de agir, e marca de forma ostentatória esse artefato cuja finalidade operacional é evidente: a produção de lesões num outro ser, seja da espécie humana, ou outras espécies animais. Se, por meio da caça, os praticantes autorizados de tiro alcançam um reconhecimento da sua violência como legítima, sob o argumento da autodefesa podem generalizar esse uso para além daquele que é realizado por e como agentes estatais. No estado “mais seguro”, que controla e reprime e tem nos dados oficiais das estatísticas de segurança pública a confirmação da eficácia de suas políticas, a justificativa de uma sociedade eurocentrada, localizada no sul do Brasil, se estabelece, e onde ser branco é adquirir um *status* social, fazendo da brancura um valor que expressa a supremacia racial como senso comum. A prática de tiro é acionada como *hobby*, tendo como fundamento o argumento da autodefesa e o direito absoluto de defesa da propriedade privada e dos valores conservadores da família.

Blumenau, cidade catarinense com cerca de 365 mil habitantes, integra a rota turística do tiro e está no epicentro do Vale do Itajaí, redenominado “Vale Europeu”. Lá se localizam cerca de 63 células neonazistas, segundo levantamentos da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF). Com 3% da população do país, SC tem mais de 25% das células neonazistas identificadas pelos órgãos oficiais em todo o país. Por conta de denúncias e de investigação conduzida pela PF, em parceria com o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) e o MPF, em abril de 2024, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) realizou uma visita em Santa Catarina e em relatório destacou com grande alarde a atividade de tais grupos no estado (CNDH, 2024⁴⁴). Se a segurança enquanto dado

44 CNDH, Conselho Nacional de Direitos Humanos. Submission Report for Special Rapporteur on Contemporary Forms of Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance Report on Combating Glorification of Nazism, Neonazism and Other Practices That Contribute to Fueling Contemporary Forms of Racism, Racial Discrimination, Xenophobia and Related Intolerance. Abril, 2024.

estatístico é mensurada em termos de índices gerais de vidas que foram vitimadas, o que aparece em números, investimentos e ações traz a expectativa de proteção da vida e da propriedade daqueles que têm nas armas um estilo de vida, desde a época dos brugueiros, realizando a manutenção de certo aspecto distintivo de sociabilidade cultural, em contraste com a vulnerabilização e o eminente risco de vida de pessoas negras e indígenas.

A rota turística do tiro e o festival do tiro aportam lógicas políticas, econômicas, sociais e morais que estabelecem um mercado no qual ser CAC é um estilo de vida e a “segurança” é um valor individual. E mais, demonstram como a linguagem da violência é introjetada em uma gramática moral na qual a ritualização do desejo de atirar, por meio do festival de tiro, permite ao sujeito comum, “o cidadão de bem”, assumir sua posição de poder diante de um outro – exotizado, criminalizado, animalizado. A marcação de sinais de distinção, realizada sob a forma de um “festival” no qual se usam vestimentas *tradicionais* dos *colonos* e que tem as armas como principal signo distintivo, articula propriamente tradição, mercado e violência como capital simbólico de superioridade cultural e racial.

Neste contexto, tais artefactos como tecnologias do dispositivo de segurança funcionam como diacrítico de distinção e expressam a naturalização da violência armada, servindo de forma difusa enquanto um acessório que circula como símbolo de poder, de legitimidade, de superioridade individual. Mas também, por meio de um mercado em expansão e de circulação global de bens, expressam uma tentativa de apagamento das relações de poder conduzidas pela oligarquia local colonizadora, que se utiliza do discurso colonial eurocêntrico como marca distintiva moral de uma tradição cultural hegemônica acionada ao viabilizar práticas e interesses conservadores, supremacistas e elitistas.